

Sustentabilidade Empresarial: um estudo nas companhias estaduais de Saneamento da região Nordeste

Corporate Sustainability: a study in state sanitation companies in the Northeast

Marcos Igor da Costa Santos^a, Maria do Rosário da Silva^b

^aMestre em Ciências Contábeis. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. marcosigor2508@gmail.com

^bMestre em Controladoria. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. mariacont.silva@gmail.com

Resumo

Este artigo teve por objetivo identificar de que modo são evidenciadas as dimensões da sustentabilidade nas demonstrações financeiras das companhias estaduais de saneamento básico localizadas na Região Nordeste do Brasil. Foi realizada uma pesquisa documental, de cunho descritivo e abordagem qualitativa que aplicou os conceitos e ferramentas da sustentabilidade empresarial. O levantamento dos dados se deu através da coleta junto aos relatórios financeiros e não financeiros, disponíveis nos sítios eletrônicos das companhias estudadas. A metodologia de pesquisa escolhida permitiu a análise da abordagem das dimensões da sustentabilidade através da identificação e posterior descrição destas dimensões, identificando a partir da literatura e das companhias com divulgação mais ampla, as características relativas a estas dimensões que mais se repetem nessa atividade empresarial aplicando, quando possível, a parametrização dessas características em outras companhias estudadas. Assim, a partir da análise dos dados foi possível constatar a ausência de relatórios relativos a sustentabilidade nos relatórios financeiros e não financeiros das companhias estudadas, havendo divergência no modo como estas estão expostas, podendo assim ser possível indicar a publicação destas quando ausentes e melhorias na evidenciação destas dimensões quando presentes.

Palavras-chave: Sustentabilidade Empresarial; Relatórios Financeiros e Ambientais; Companhias de Saneamento.

Abstract

This article aims to identify how the dimensions of sustainability are evidenced in the financial statements of state sanitation companies located in the Northeast of Brazil. A descriptive documentary research with a qualitative approach was conducted that applied the concepts and tools of corporate sustainability. Data were collected by collecting financial and non-financial reports, available on the websites of the companies studied. The research methodology chosen allowed the analysis of the sustainability dimensions approach through the identification and subsequent description of these dimensions, identifying from the literature and the companies with broader disclosure, the characteristics related to these dimensions that are most repeated in this business activity applying, when possible, the parameterization of these characteristics in other companies studied. Thus, from the analysis of the data it was possible to verify the absence of sustainability reports in the financial and non-financial reports of the companies studied, and there is a divergence in the way they are exposed disclosure of these dimensions when present.

Keywords: Corporate sustainability; Financial and Environmental Reports; Sanitation companies.

1. Introdução

A temática sobre sustentabilidade é relativamente recente e deu os seus passos iniciais na década de 1960, ganhando sua atual concepção na década de 80, quando surgiu o termo desenvolvimento sustentável. Garcia (2016) destaca que é notável a frequência como esta temática vem sendo debatida nos últimos anos.

Otimizar e diminuir o consumo de recursos naturais consiste em um dos grandes objetivos da sustentabilidade, em especial os recursos hídricos, de modo que assegure a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos, figurando entre os objetivos a serem perseguidos pelos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

Assim, a gestão sustentável dos recursos hídricos, a infraestrutura hídrica e, o acesso ao abastecimento seguro, confiável e regular de água, bem como serviços adequados de saneamento, melhoram os padrões de vida, expandem as economias locais e levam a criação de empregos mais dignos e a maior inclusão social (ONU, 2015). No Brasil, o tratamento e distribuição desse recurso natural é realizada em grande parte pelas companhias estaduais de saneamento, sendo responsáveis por abastecer 73,65% da população do país (Tomé, 2017).

Este recurso ganha especial significado para a Região Nordeste em virtude de suas características hidrológicas e populacionais, sendo de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) a segunda região mais populosa do país. E também, apresenta uma hidrografia vasta, porém, moderada devido ao caráter intermitente e irregular de boa parte de seus rios, cuja condicionante principal é o clima semiárido segundo a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (2017).

Ante o exposto, justifica-se a escolha das companhias estaduais de saneamento básico como foco de estudo, em primeiro plano, pelo fato destas atualmente serem responsáveis pelo abastecimento de 73,65% da população Brasileira, delimitando o estudo para as companhias localizadas na Região Nordeste, em virtude de suas características hidrológicas e populacionais.

Diante o exposto, a pesquisa em tela norteou-se no seguinte problema de pesquisa: **de que modo são abordadas as dimensões da sustentabilidade nas demonstrações financeiras e não financeiras das companhias estaduais de saneamento localizadas na Região Nordeste?**

Assim, visando atender ao problema proposto, a pesquisa tem como objetivo conhecer as ações desenvolvidas e informações fornecidas pelas companhias citadas, no que diz respeito às dimensões ambiental, econômica e social da sustentabilidade.

2. Referencial Teórico

2.1 Sustentabilidade e o Ambiente Empresarial

A temática da sustentabilidade vem ganhando notoriedade nas últimas décadas, sendo esta relativamente recente, porém, as discussões e consequentes preocupações com o meio ambiente remontam e vem se expandindo no pensamento mundial desde a década de 1960 (Kolk & Mauser, 2002).

Ferreira (1998), Nossa (2002), Romeiro (2012) e Dias (2017) corroboram ao informar que a definição mais aceita para o termo desenvolvimento sustentável atualmente, advém da ONU, tendo este, sido criado em 1987, pela comissão mundial de meio ambiente e desenvolvimento, conhecida como comissão de Brundtland, por meio da publicação do relatório “Nosso Futuro Comum”. Tal relatório traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público, informando que, apenas este é capaz de “suprir as necessidades da geração

atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (CMMAD, 1991, p.46).

Na década seguinte, em 1992 ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e desenvolvimento, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92 que para o Senado Federal (2012) foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Os países reconheceram o conceito de desenvolvimento social e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente.

Em 2012 ocorre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a chamada Rio+20, que fora realizada de 13 a 22 de junho daquele ano na cidade do Rio de Janeiro e conforme o portal Rio+20 (2012) teve como objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

Em setembro de 2015, líderes mundiais reuniram-se em nova York em torno de uma agenda, a chamada agenda 2030. Conforme a ONU (2015) é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Através de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável que devem ser alcançados até o ano de 2030.

Diante o exposto, é perceptível nesse sentido, a crescente preocupação com a disponibilidade dos recursos naturais para as gerações futuras, assim, a sustentabilidade é vista de forma multidisciplinar e precisa de uma interação coletiva para ser solucionada, desta forma, fica claro afirmar que a conscientização social, tem feito às empresas internalizarem a questão sustentável em seus negócios.

Nesta perspectiva, a busca por um desenvolvimento capaz de se sustentar ao longo do tempo é especial e desafiador para a atividade empresarial, sendo esta chamada de sustentabilidade empresarial, que conforme o Mendes (2018) pode ser considerada como o conjunto de políticas e ações, economicamente sustentáveis e socialmente responsáveis, que são aplicadas nas operações e produtos de uma empresa.

Assim, no mundo empresarial a sustentabilidade se faz presente desde a adoção desta em seu planejamento estratégico, elucidando através de seus relatórios financeiros e gerenciais ações mitigadoras, assim como, investimentos em procedimentos de prevenção, recuperação e reciclagem (Farias & Rossato Dorr, 2014).

Nesse sentido, a sustentabilidade está ligada a excelência competitiva aliando-a a gestão sustentável de seus recursos, a partir desta e também observada à tripartição dimensional da sustentabilidade, ou seja, estando essa dividida em três dimensões sendo elas: econômica, ambiental e social aliando-as ainda a inovação, sendo possível nesse sentido, a obtenção simultânea destas (Palma et al., 2014).

Dessa forma, conforme observado acima, em se tratando da atividade empresarial a sustentabilidade está ligada a ideia de um retorno alinhado com a responsabilidade socioambiental das companhias de modo que a continuação de suas atividades esteja orientada para o não comprometimento da responsabilidade socioambiental em detrimento dos resultados econômicos. Alinhado aos interesses econômicos, social e ambiental de maneira harmônica.

Nesta perspectiva a sustentabilidade apresenta três dimensões, ou seja, está ligada a ideia de tripé ou tripé da sustentabilidade, que por sua vez é também conhecido conforme Oliveira (2012) como Triple Bottom Line ou ainda 3P (People, Planet e Profit) em português PPL (Planeta, Pessoas, Lucro), tendo estas dimensões que agir de maneira holística para que de fato a seus resultados possam ser atribuídos o título de sustentável.

Nesse contexto, se faz necessário o entendimento dos conceitos individualizado sobre cada dimensão

da sustentabilidade, a começar pela dimensão econômica da sustentabilidade. Segundo Oliveira (2012) esta dimensão está associada à ideia de criação de empreendimentos viáveis economicamente capazes de promover o bem-estar social, levando em conta a racionalização no uso dos recursos ambientais.

Quanto à dimensão social, está ligada a ideia de responsabilidade social, o chamado papel social das organizações que há a preocupação com o estabelecimento de ações justas internamente para os trabalhadores e externamente para os parceiros e a sociedade, estando ainda relacionada com a ideia de melhoria na qualidade de vida humana se valendo para tal da redução das desigualdades (Hawken, Lovins & Lovins, 1999).

Assim, é possível que tanto na dimensão econômica como na dimensão social da sustentabilidade haja uma maior preocupação com a qualidade de vida do ser humano, sendo estas e a dimensão ambiental da sustentabilidade compatíveis.

É importante destacar que dentro das dimensões da sustentabilidade, a ambiental é aquela em que se observa a importância da proteção do meio ambiente e, conseqüentemente do direito ambiental, tendo este, como finalidade precípua, garantir a sobrevivência do planeta mediante a preservação e a melhora dos elementos físicos e químicos que a fazem possível, tudo em função de uma melhor qualidade de vida (Garcia, 2016).

Como observado acima, é nessa dimensão que é enfatizada a preocupação com o meio ambiente. Sustentabilidade, nesse sentido, está ligada diretamente com a questão da disponibilidade de recursos naturais, promovendo ideias e práticas que tratem a manutenção e conservação do meio ambiente.

2.2 O Saneamento Básico e a Região Nordeste

De acordo com Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS, o serviço de saneamento básico ainda é precário no Brasil, serviço este que abrange água, esgoto, gestão de resíduos sólidos e drenagem da água da chuva (Brasil, 2017). O Instituto Trata Brasil (ITB, 2016) informa que 83,3% da população tem acesso à água tratada, 51,9% do esgoto é coletado ao passo que apenas 45% é tratado no país, assim 55% é despejado de forma irregular. Ainda conforme o ITB (2016), quando restrito a áreas urbanas, essa situação melhora, com 93,1% e 58% respectivamente. O índice de tratamento de esgotos, no país, é de 42,7% para esgotos gerados e 74% para esgotos coletados.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, inc. IX, atribui a competência da União, Estados e Municípios para a prática de melhorias nas condições de saneamento básico o que não se confunde, no entanto com a competência para prestação desse serviço.

Porém, quanto à titularidade a Constituição Federal de 1988 atribui competência para prestação desse serviço aos municípios como disposto em seu artigo 30, inc. V, sobre o qual compete aos municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Em se tratando da região Nordeste, segundo a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE, 2017), a hidrografia nordestina é vasta, ao passo que suas bacias correspondem a 18% das bacias brasileiras, porém moderada em virtude das características hidrológicas da região, em especial o caráter temporário da maioria de seus rios, há ainda o fato de grande parte da região está localizada no chamado semiárido brasileiro.

Esta região sofre historicamente com a seca, sendo que o primeiro registro deste fenômeno na história do Brasil conforme Campos (2014) é devido ao padre jesuíta Fernão Cardim, no século XVI onde desceram

dos sertões para o litoral de quatro a cinco mil índios apertados pela fome.

Conforme o autor supracitado, outro fato que elucida o histórico problema da seca na região ainda é o reconhecimento da tese da seca como problema a partir da desastrosa seca de 1877-1879. O jornalista americano Herbert H. Smith (1879, p.421) estimou a catástrofe em termos de vida humana que no “Ceará a mortalidade, durante 1877 e 1878, foi provavelmente próxima a 500.000, ou mais da metade da população”.

Assim conforme observado acima, em decorrência de suas características hidrológicas e do histórico problema da falta de água a prestação desse serviço adquire especial significado para a Região Nordeste.

Atualmente Conforme Tomé (2017) a cobertura desses serviços na Região Nordeste encontrasse em maior precariedade que nacionalmente, com índice de atendimento com rede de água total de 73,4%, urbano de 89,6% e índice de atendimento com coleta de esgoto total de 24,7% e urbano de 32,2%. O índice de tratamento dos esgotos gerados na região é de 32,1% e coletados de 78,5%.

2.2.1 Companhias Estaduais de Saneamento

Conforme Tomé (2017) o serviço de saneamento é prestado por entes particulares como companhias municipais e companhias estaduais de saneamento básico, tendo esta última preponderância sobre as demais, onde cerca de 73,65% da população é atendida por meio das Companhias Estaduais de Saneamento Básico (CESB) quanto ao abastecimento de água e cerca de 64,69% da população quanto aos serviços de esgoto.

Tais companhias são responsáveis por prestar esse essencial serviço, como parâmetro, tem-se que de acordo com a Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais (AESBE), entidade civil sem fins lucrativos, representativa das companhias estaduais de saneamento básico, suas associadas atuam em 4030 municípios.

Estas por sua vez foram criadas nas décadas de 1960 e 1970 num contexto de Estado Desenvolvimentista pelo qual vivenciou o Brasil durante o regime militar, principalmente com a edição do Decreto Lei 200/67 que para Martins (1997) estabeleceu uma radical reestruturação na administração pública federal baseada em princípios como planejamento, organicidade, centralização decisória e normativa; e desconcentração (descentralização funcional, no texto legal).

Em meados do século XIX e início do século XX se inicia a organização do serviço de saneamento básico, as províncias entregam concessões a companhias estrangeiras, principalmente inglesas, posteriormente, no início do século XX ocorre à estatização do serviço. Entre os anos 50 e anos 60 são criadas as empresas de economia mista, corresponde ao período com maior abertura ao capital estrangeiro (Pauli, 2011).

Sob o ponto de vista legal, de acordo com o mesmo decreto que as instituiu as companhias estudadas são constituídas sob a forma de Sociedade de Economia Mista que o Decreto-Lei 200 de 1967 conceitua como sendo a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.

Em se tratando especificamente da Região Nordeste, estas atualmente são responsáveis por abastecer, conforme levantamento preliminar mais de 70% dos municípios da região.

2.3 Relatórios Financeiros e Não-Financeiros

Para Hendriksen e Van Breda (2010) a contabilidade é a ciência que cuida do registro, classificação e

sintetização, de maneira significativa e em termos monetários, de transações e eventos que são em parte, de natureza financeira e de interpretação de seus resultados.

Em um ambiente onde há uma demanda crescente por informações que deem apoio a tomada de decisão, o gestor deve apoiar-se em bases de dados sólidas, sendo a contabilidade um sistema de informação e avaliação que provê aos seus usuários informações de natureza econômica, financeira, física e de produtividade para a entidade objeto da contabilização (Barros, 2013).

Para Iudícibus (2006) as técnicas contábeis são a escrituração, e as demonstrações financeiras (ou demonstrações contábeis) é um reflexo das operações e posição da empresa de forma estática. Dessa forma, este trabalho tem como objeto a técnica demonstrações contábeis e eventualmente a técnica de análise das demonstrações financeiras, esta primeira inclui o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados que pode ser substituída pela Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas e bem como relatórios não financeiros, tidos como demonstrativos ambientais, em virtude de que na busca por informações no contexto da sustentabilidade, os relatórios contábeis podem não apresentar as informações desejadas.

Conforme Gitman (2010) o Balanço Patrimonial é uma descrição resumida da posição financeira da empresa em uma certa data. Nessa demonstração registra-se a atual situação patrimonial de uma empresa, neste sentido, sua utilização, além do uso fiscal, demonstra informações valiosas para a administração da empresa, caso a mesma utilize de ferramentas como a contabilidade gerencial. Nela, por exemplo, se encontra o total de dívidas a ser pago e o total de direitos a ser recebido pela entidade, demonstra também o valor total de ativos que a empresa possui além de registrar provisões entre outras coisas.

Além do Balanço Patrimonial de acordo com a legislação vigente, ao final de cada período, a empresa, através da contabilidade, tem que elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício que está prevista no artigo 187 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 na Lei das Sociedades por Ações.

A Demonstração do Resultado do Exercício tem como objetivo principal apresentar de forma vertical resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas num determinado período, normalmente, de doze meses. Para Assaf Neto (2012) esta apresenta de forma esquematizada os resultados obtidos por uma companhia em um determinado período, refletindo assim os efeitos decisórios da empresa sobre o desempenho de suas atividades e pode ser utilizada para a análise do custo e benefícios dos investimentos.

De acordo com a Lei 6.404/76 as demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício. Logo, as notas explicativas possuem caráter suplementar as demonstrações contábeis, possibilitando a compreensão e esclarecimento das informações a elas relacionadas.

No que tange ao Relatório da Administração Silva, Rodrigues e Abreu (2007) apresentam uma narrativa na qual estão presentes os principais resultados financeiros alcançados pela empresa, através de sua própria administração, com a finalidade de produzir informações relevantes.

Em se tratando de demonstrativos não financeiros, como os demonstrativos ambientais conforme Sousa et al. (2009), para conseguir maior aplicação, um meio de avaliação pode ser requerido por lei ou pode ser estabelecido por um conjunto de pessoas reconhecidas em forma de auto regulação. Respectivamente surgiram dois métodos de avaliação: o balanço social e as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI).

Conforme os autores, o Balanço Social que algumas empresas chamam de “Demonstração Social”,

“Relatório Social” e “Relatório de Sustentabilidade” foi instituída pela primeira vez na França em 1997, e o Brasil, ainda não é obrigatório.

Para Kroetz (2000) como ainda não é uma obrigatoriedade a demonstração do Balanço Social, as organizações” divulgam os dados que entendem relevantes e da forma que melhor convém. Assim, exceto nos países onde a publicação é obrigatória, a maioria dos Balanços Sociais não segue efetivamente uma estrutura básica.

Quanto ao GRI, esse relatório destaca que elaborar relatórios de sustentabilidade é a prática de medir, divulgar, e prestar contas para os stakeholders do desempenho organizacional visando ao desenvolvimento sustentável. Sendo composto por diretrizes e princípios norteadores sobre o conteúdo abordado, bem como indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório, destacando o compromisso com os impactos ambientais e sociais; transparência nas relações; apresentar capacidade de participação em mercados competitivos; planejar atividades, tornar-se mais sustentável e posicionar a empresa; e, seguir a legislação (Gri, 2011).

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Enquadramento Metodológico

Metodologicamente a pesquisa define-se como desk research, classificando-se como exploratória-descritiva, com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória tem o intuito de proporcionar maior familiaridade com a problemática pesquisada (Marconi & Lakatos, 2010). Já à pesquisa descritiva, tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis (Gil, 2002).

Relativa à abordagem qualitativa, segundo Godoy (1995) não se apresenta como uma proposta rigidamente estruturada, ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques.

3.2. Delimitação da Pesquisa

A população dessa pesquisa compreendeu as companhias responsáveis pelo abastecimento de água e saneamento básico dos municípios localizados na Região Nordeste. Porém conforme Gil (2008) é fato que na maioria dos levantamentos não se faz necessário o estudo de todos os integrantes de uma população estudada em virtude de limitações físicas ou financeiras. Assim, de modo a melhor representar a população estudada optou-se por uma análise não probabilística.

Através de levantamento preliminar foi constatado que estas companhias atualmente são responsáveis por abastecer mais de 70% dos municípios da referida região. Dessa maneira, o levantamento realizado procurou abarcar aquelas companhias com maior representatividade no setor, que conforme observado acima, é atendido pelas companhias estaduais de saneamento básico. Nessa linha, participaram do levantamento, conforme observa o quadro abaixo as seguintes empresas e organizações:

Companhia	Características
AGESPISA	A companhia de água e esgotos do Piauí S.A, é uma sociedade de economia mista, pessoa jurídica de direito privado e tem o governo do estado do Piauí como acionista majoritário. Foi criada pelas leis estaduais n 2.281 de 1962 e 2.387 de 1.962.
CASAL	Criada em dezembro de 1962 através da lei estadual n 2.491 a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL, atualmente atua em 76 dos 102 municípios alagoanos.
CAEMA	Criada através da lei estadual n 2.653 de 06 de junho de 1966 e ainda a lei 3.886, de 03 de outubro de 1967 a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão constituiu-se em sociedade de economia mista tendo o Governo do Estado do Maranhão como sócio majoritário, atua em 149 municípios do estado.
CAERN	A Companhia de água e esgotos do Rio Grande do Norte - CAERN foi criada em 2 de setembro de 1969 e atua em 153 municípios.
CAGEPA	Criada em 30 de dezembro de 1966 a companhia de água e esgotos da Paraíba constituiu-se em sociedade de economia mista na qual tem como sócio majoritário o estado da Paraíba com 99,95% das ações.
COMPESA	Criada através da lei estadual n 6.309 de 29/07/1971 a Companhia Pernambucana de Saneamento constituiu-se em sociedade anônima de economia mista tendo o estado de Pernambuco como sócio controlador, atualmente, atende 173 dos 185 municípios do Estado.
DESO	Criada através da lei n 1.195 de 13/08/1963 como Departamento de Saneamento de Sergipe e reestruturada a partir do decreto lei estadual n 109 passando então a se chamar de companhia de saneamento de Sergipe, porém mantendo a sigla DESO, a companhia é constituída como sociedade de economia mista e detém a concessão de 71 dos 75 municípios sergipanos.
EMBASA	A Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A – EMBASA – é uma sociedade de economia mista, tendo como acionista majoritário o governo do estado da Bahia, foi criada em 11 de maio de 1971 pela lei estadual 2.929. As localidades abastecidas com água abastecem 366 de um total de 417 municípios baianos.
CAGECE	A Companhia de Água e Esgoto do Ceará CAGECE S.A – é uma sociedade de economia mista de capital autorizado, tendo como acionista majoritário o governo do estado do Ceará, abastecendo 152 de um total de 184 municípios cearenses.

Quadro 1 - Companhias analisadas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

3.3 Coleta dos Dados

Através da análise realizada na proposta desse estudo, pode-se verificar que de maneira geral, as informações que versam sobre a sustentabilidade nos relatórios ambientais se encontram presente no relatório da administração, sendo estes de fácil identificação, podendo assumir outras nomenclaturas e estar presente de modo esparso, ressaltando, no entanto, a inexistência deste em algumas das companhias estudadas.

Assim, de maneira auxiliar, buscou-se por possíveis informações que versem sobre as dimensões da sustentabilidade nas suas demonstrações financeiras de forma conjunta ou isoladamente de maneira a melhor abranger a temática proposta.

O levantamento de dados das dimensões da sustentabilidade empresarial nas demonstrações financeiras e ambientais das CESB da Região Nordeste contou com pesquisa de informações em bases públicas e com entidades ligadas as companhias de saneamento básico.

De maneira geral, as demonstrações contábeis e ambientais estão presentes nos websites das companhias na aba transparência, contudo nas companhias AGESPISA e CAEMA tais informações não se encontram disponíveis através de seus websites, se valendo neste caso do Diário Oficial do Piauí e do Diário Oficial do Estado do Maranhão respectivamente, estando localizadas no segundo caso, na seção suplementos de terceiros.

3.4 Instrumentos de Coleta de Dados

Para execução do levantamento de informações secundárias, fora feita pesquisa de informações com relação a sustentabilidade empresarial em publicações, legislação, normas/regulamentos e documentos disponibilizados em bases de dados públicas na Internet, estando as demonstrações financeiras e ambientais das companhias estudadas disponíveis em sua maioria em seus respectivos websites e diário oficial dos respectivos estados compreendendo o período 2014 a 2017.

4. Análise e Discussão dos Resultados

Esta seção tem como objetivo apurar de que forma são evidenciadas as dimensões da sustentabilidade empresarial nas companhias analisadas. Para isso, num primeiro momento, este trabalho averiguou a publicação por estas empresas do balanço social ou relatório de sustentabilidade. Através de análise preliminar quanto a evidenciação desses elementos é possível notar que somente parte das companhias publicam balanço social ou relatório de sustentabilidade como disposto nos quadros a seguir:

Companhia	Relatório de Sustentabilidade	Balanço Social	Diretrizes GRI
AGESPISA	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
CAEMA	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
CAERN	Disponível	Disponível	Disponível
CAGECE	Disponível	Não Disponível	Não Disponível
CAGEPA	Disponível	Não Disponível	Não Disponível
CASAL	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
COMPESA	Disponível	Não Disponível	Não Disponível
DESO	Não Disponível	Não Disponível	Não Disponível
EMBASA	Disponível	Disponível	Não Disponível

Quadro 2 - Relatórios não Financeiros

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Como observado acima, foi encontrado relatório de sustentabilidade nas companhias CAERN, CAGECE, CAGEPA, COMPESA e EMBASA. As companhias CAERN e EMBASA foram às únicas companhias estudadas as quais publicam o balanço social simultânea ou individualmente com o relatório de sustentabilidade.

4.1 Ações de Sustentabilidade

Essa seção tem como objetivo evidenciar de que forma são abordadas as dimensões da sustentabilidade no balanço social e relatório de sustentabilidade das companhias estudadas as quais os publicam, identificando os elementos de responsabilidade socioambiental destas companhias.

Tendo como base a estrutura do balanço social a qual, como visto na seção anterior se fez presente apenas nas companhias CAERN e EMBASA cuja informações de natureza monetária a respeito deste se encontra exposto no quadro a seguir:

Balço Social	Ações Detalhadas
Indicadores Sociais Internos	Alimentação Encargos Sociais Compulsórios Previdência Privada Saúde Segurança no Trabalho Educação Cultura Capacitação e desenvolvimento profissional
Indicadores Sociais Externos	Educação Cultura Saúde e Saneamento Esporte Combate à fome e segurança alimentar Outros
Indicadores Ambientais	Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa Investimentos em projetos e/ou projetos externos

Quadro 3 - Indicadores Balço Social

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

É possível observar, ante o exposto, que as companhias tendo como base a estrutura do balanço social na qual está dividida como visto na seção anterior, tem-se como fator comum os indicadores sociais internos, externos e ambientais.

O Quadro 4 detalha as ações de responsabilidade socioambiental encontradas nos relatórios de sustentabilidade das companhias analisadas as quais as evidenciam, destacando também as características da dimensão econômica da sustentabilidade nestas encontradas.

Companhia	Responsabilidade Socioambiental	Aspectos Econômicos
CAERN	CAERN nas escolas Agentes do saneamento	Receitas Custos e despesas Resultados
CAGECE	Teatro de fantoches Programa socioambiental de educação em saúde (PSAES) Todos pela água	Receitas Custos e despesas Resultados
CAGEPA	Educação ambiental para comunidade Educação ambiental para os empregados	Receitas Custos e despesas Resultados
COMPESA	Reflorestamento Certificação ISO 14.001: 2015 Programa de bem com a rede Programa conviver COMPESA	Resultado Receita Faturamento Lucro societário
EMBASA	Ações socioambientais	Receitas Custos e despesas Resultados

Quadro 4 - Ações encontradas nos Relatório de Sustentabilidade

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Percebe-se que, em virtude da natureza das demonstrações onde estes estão encontrados de maneira geral no que se refere a dimensão econômica da sustentabilidade, há um certo grau de padronização das informações dividindo-as em receitas, custos e resultados. Em relação as dimensões ambiental e social da sustentabilidade é notável que, de maneira geral as ações nesse sentido tendem a ser de educação ambiental externa ou internamente.

4.2 *Companhias que não publicaram as Demonstrações Ambientais*

Com o objetivo de identificar aspectos das dimensões da sustentabilidade abordadas nas demonstrações contábeis das companhias estudadas, as quais não publicam relatório de sustentabilidade e balanço social se utilizando para tal de elementos comuns a estas e as demonstrações contábeis: Balanço Patrimonial, demonstração do resultado e notas explicativas. Os resultados estão expressos no quadro a seguir:

Companhias	Elementos encontrados
AGESPISA	Pessoal Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa
CAEMA	Pessoal Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa
CASAL	Pessoal Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa FUNCASAL
DESO	Pessoal Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa Instituto Assistencial do DESO

Quadro 5 - Ações encontradas nas Companhias que não publicaram demonstrativos ambientais

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Como observado no quadro acima, as companhias citadas concentram seus esforços em investimentos de expansão e melhorias da prestação de seus serviços e em função da legislação tendem a focar com relação à responsabilidade socioambiental em ações de assistência aos seus respectivos funcionários, com fundos de previdência para estes, além de contribuir externamente com o pagamento de impostos não relacionados ao pagamento de encargos trabalhistas.

5. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo verificar de que modo são observadas e abordadas as questões relativas as dimensões da sustentabilidade empresarial nas companhias de abastecimento de água e saneamento localizadas na Região Nordeste, através da identificação destas em suas demonstrações contábeis e ambientais.

Por meio da análise de dados, observou-se que as CESB, de maneira geral, evidenciam as informações sobre as dimensões da sustentabilidade no relatório de administração das companhias analisadas, ao qual incorpora as demonstrações contábeis e ambientais. A partir dos dados obtidos convencionou-se dividir a análise em dois tipos em razão da não publicação de relatórios de sustentabilidade ou balanço social por parte das companhias.

Assim, em relação aquelas as quais publicam relatórios ambientais, é possível observar que de maneira geral, as informações sobre as dimensões da sustentabilidade estão presentes no relatório da administração cuja subseção é chamada de Responsabilidade Socioambiental e que por vezes também é nomeada de Sustentabilidade. Em relação as companhias analisadas, percebeu-se de maneira mais enfática nestes relatórios a presença constante de ações de educação ambiental interna ou externamente, eventualmente são divulgadas outras ações não havendo, no entanto, qualquer tendência de observação destas nas demais companhias.

Naquelas em que inexistem a publicação de relatórios ambientais ou balanço social, através da análise de suas demonstrações são notáveis os aspectos sociais através de políticas internas para seus funcionários e o aspecto econômicos em virtude da própria natureza das demonstrações analisadas.

Esta pesquisa delimitou-se a analisar a publicação e o abordagem da sustentabilidade no relatório de administração e demonstrações contábeis incorporadas a este com destaque para o balanço social, demonstração do resultado e notas explicativas.

Assim, como sugestão para pesquisas futuras, sugere-se verificar os benefícios da publicação de relatórios desta natureza, e uma maior explicitação de iniciativas de sustentabilidade e sua contribuição para a melhoria do saneamento básico na Região Nordeste.

Referências

Aesbe – Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento. *Institucional*. (Acessado em 04 set. 2017) <http://www.aesbe.org.br/>.

Agespisa – Águas e Esgotos do Piauí S/A. A AGESPISA. Disponível em: <<http://www.agespisa.com.br/site/pages/public/index.jsf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

Assaf Neto, A. (2012). *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 10.ed. São Paulo: Atlas.

Barros, M. (2013). *Contabilidade Geral*. [Apostila Digital]. Fundação Sérgio Contente. IDEPAC.

Brasil. (1988). Constituição. *Constituição da República Federativa do Brasil*: Brasília, 25 de outubro de 1988. (Acesso em: 11 set. 2018). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1967). Decreto-lei nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 27 de fevereiro de 1967. (Acesso em: 13 ago. 2018). http://www.planalto.gov.br/CcIVIL_03/Decreto-Lei/Del0200.htm.

Brasil. (1976). Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 1976. (Acessado em: 13 ago. 2018). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm.

Brasil. (2015) Ministério Das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. *Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento: Diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2015*. Brasília: SNSA/MCIDADES, 1017. (Acessado em: 21 ago. 2018). <http://www.snis.gov.br>>.

Caema – Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão. *Apresentação CAEMA*. (Acessado em: 05 set. 2018). http://www.caema.ma.gov.br/portalcaema/index.php?option=com_content&view=article&id=676&Itemid=102.

Caern – Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte. *A Companhia*. (Acessado em: 05 set. 2018). <http://www.caern.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=496&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=A+Caern>.

Caern – Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte. *Demonstrações Financeiras*. (Acessado em: 05 set. 2018). http://adcon.rn.gov.br/A_CERVO/caern/DOC/DOC_0_00000000175293.PDF.

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará. *Nossa história*. (Acessado em: 05 set. 2018). <https://www.cagece.com.br/quem-somos/historia/>.

Cagece – Companhia de Água e Esgoto do Ceará. *Relatório de Administração*. (Acessado em: 05 set. 2018). <https://economia.estadao.com.br/fatos-relevantes/pdf/27486438.pdf>.

Cagepa – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba. *Apresentação*. (Acessado em: 05 set. 2018). <http://www.cagepa.pb.gov.br/institucional/apresentacao/>.

Cagepa – Companhia de Água e Esgoto da Paraíba. *Relatório da Administração e de Sustentabilidade – 2017*.

(Acessado em: 05 set. 2018). <http://www.cagepa.pb.gov.br/wp-content/uploads/2015/02/Relat%C3%B3rio-da-Administra%C3%A7%C3%A3o-e-de-Sustentabilidade-e-Balan%C3%A7o-2017.pdf>.

Campos, J. N. B. (2014). Secas e Políticas Públicas no Semiárido: ideias, pensadores e períodos. *Estudos avançados*. 28(82).

Casal – Companhia de Saneamento de Alagoas. *História*. (Acessado em: 05. set. 2018). <https://www.casal.al.gov.br/institucional/>.

Casal – Companhia de Saneamento de Alagoas. *Demonstrações Contábeis*. (Acessado em: 05. set. 2018). <https://www.casal.al.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BALANO2017-1.pdf>.

Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento. *História e Perfil*. (Acessado em: 05 set. 2018). [http://servicos.compesa.com.br/historia-e-perfil /](http://servicos.compesa.com.br/historia-e-perfil/).

Compesa – Companhia Pernambucana de Saneamento. *Relatório de Administração 2017*. (Acessado em: 05 set. 2018). <https://servicos.compesa.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relatorio-Administracao-Compesa-2017.pdf>.

Cmmad - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Deso – Companhia de Saneamento de Sergipe. *Quem Somos*. (Acessado em: 05 set. 2018). <https://www.deso-se.com.br/v2/index.php/institucional>>.

Deso – Companhia de Saneamento de Sergipe. (2017). *Demonstrações Financeiras do Exercício de 2017*. (Acessado em: 05 set. 2018). https://www.deso-se.com.br/v2/images/documentos/demosntr_financ/Balano%20DESO%20-%20REF%202017%20-%20Dirio.pdf>.

DIAS, R. (2017). *Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade*, 3. Ed. Atlas, 02.

Embasa – Empresa Baiana de Água e Saneamento. *História*. Disponível em: < <http://www.embasa.ba.gov.br/index.php/institucional>>. Acesso em: 05 set. 2018.

Embasa – Empresa Baiana de Água e Saneamento. (2017). *Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras*. (Acessado em: 05 set. 2018). http://www.embasa.ba.gov.br/images/Institucional/transparencia/demonstracoes-financeiras/20180808_REL_AdministracaoDemonstracoesFinanceirasEmbasa2017.pdf.

Farias, R. S., Rossato, M. V. & Dörr, A. C. (2014). Desempenho Sustentável Empresarial: um estudo de caso. *Desafio Online*. Campo Grande, 2(3): 867-889.

Ferreira, A. C. S. (1998). *Uma Contribuição para a Gestão Econômica do Meio Ambiente – um enfoque de sistema de informações*. 136 f. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Garcia, D. S. S. (2016). Dimensão Econômica da Sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*. Belo Horizonte, 13(25).

Gitman, L.G. (2010). *Princípios de Administração Financeira*. 12. ed. São Paulo, Pearson.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4 ed. São Paulo: Atlas.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. 6 ed. São Paulo: Atlas.

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa – tipos fundamentais. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, 35(3): 20-29.

Gri – Global Reporting Initiative. (2011). *Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade*, (Acessado em: 20 jan. 2018). <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>.

Hawken, P., Lovins, A. & Lovins, L. H.. (1999). *Capitalismo Natural: Criando a Próxima Revolução Industrial*. 3. ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix LTDA.

Hendriksen, E.S & Van Breda, M. F. (2010). *Teoria da Contabilidade*. 5 ed. São Paulo: Atlas.

Ibge – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). Censo 2010. (Acessado em 03 ago. 2018). <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=resultados>.

Instituto Trata Brasil (A) (2017). *Ranking do Saneamento – 2017*. (Acesso em: 09. Ago. 2018). <http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/realatorio-completo.pdf>.

Iudicibus, Sérgio de. (2006). *Teoria da Contabilidade*. 8 ed. São Paulo: Atlas.

Kolk, A.& Mauser, A. (2002 Jan/Feb). The evolution of environmental management: from stage models to performance evaluation. *Business Strategy and the Environment*.

Kroetz, C. E. S. (Org.). (2000). *Balanço Social: teoria e pratica*. São Paulo: Atlas.

Marconi, M. A & Lakatos, E.M. (2010). *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas.

Maranhão. (2018, 09 abr) Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão. Demonstrações Contábeis. *Diário Oficial do Estado do Maranhão*, São Luiz, MA.

Martins, H. F. *A Modernização da Administração Pública Brasileira no Contexto do Estado*. 1997. **(Dissertação de Mestrado)**. Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas-EBAPE/FGV.

Mendes, G. Os desafios e vantagens da sustentabilidade empresarial aplicada. *CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável*. (2018). (Acessado em: 01. set. 2018). <http://cebds.org/blog/sustentabilidade-empresarial/#.W7YCH2hKjIU>.

Nossa, V. *Disclosure Ambiental: uma análise de conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional*. (2002). 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

Oliveira, L.R. et al. (2012). Sustentabilidade: da evolução dos conceitos a implementação como estratégia nas organizações. *PRODUÇÃO*. Niterói, 22(1): 70-82.

ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. (2018) (Acessado em 03 ago. 2018). <https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>.

Palma, E. P. et al. (2014). Estratégias de Negócios Sustentáveis e Desempenho Exportador: uma análise em empresas do setor de gemas e joias. *RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócios*. São Paulo, 16(50): 25-42.

Pauli, D. R. *O Saneamento no Brasil*. (2011). (Acessado em 03 ago. 2018). https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wpcontent/uploads/sites/36/2014/11/1sabesp_saneamento_brasil_abes2011.pdf.

Piauí. (2018). Águas e Esgotos do Piauí S/A. Demonstrações Contábeis. *Diário Oficial do Estado do Piauí*, Teresina, PI, 03 abr.

RIO+20. *Sobre a Rio+20*. (Acessado em 03 ago. 2018) http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html.

Romeiro, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. (2012). *Estudos Avançados*. 26(74): p.65-92.

Senado Federal. (2018). ONU estabelece três pilares para o desenvolvimento sustentável dos países: econômico, social e ambiental. *Em discussão*. (Acessado em 03 ago. 2018) <http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/temas-em-discussao-na-rio20/onu-estabelece-tres-pilares-para-o-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises-economico-social-e-ambiental.aspx>

Silva, C. A. T., Rodrigues, F. F. & Abreu, R. L (2007). Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um estudo do exercício social de 2002. *Rev. adm. contemp.* vol.11 no.2 Curitiba Apr/June.

Sousa, E. G. et al. (2009). A Qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade: uma Avaliação em Empresas do Ramo de Energia Elétrica. In: Encontro Anual da ANPAD, 33, *Anais*. São Paulo: ANPAD.

Sudene – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Hidrografia*. (Acessado em) <http://www.sudene.gov.br/area-de-atuacao/regiao-nordeste-estatisticas/hidrografia>

Smith, H. (1879). *Brazil: The Amazon and the Coast* Nova York: [s. n.],

Tomé, L. M. (2017). Infraestrutura de saneamento na Região Nordeste: situação atual e perspectivas. *Caderno Setorial ETENE*, jul. (10).